



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 47, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2018, que Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou à autoridade policial.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATOR:** Senador Nelsinho Trad

07 de Maio de 2019





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

## PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2018, do(a) CPI dos Maus-tratos (SF), que *altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, para prever sanções às pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou à autoridade policial.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

### I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 502, de 2018, que estabelece sanções para pessoas que presenciem atos de violência contra criança ou adolescente e deixem de comunicar o fato imediatamente ao conselho tutelar ou a autoridade policial.

Para tanto, a matéria altera o art. 13 da Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, de maneira a definir que tais pessoas poderão incorrer em crime de omissão de socorro e, sendo servidor público, em crime de prevaricação, ambos previstos no Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. O servidor público também poderá responder por ato de improbidade administrativa, previsto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

A matéria é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus Tratos e sua justificação encontra-se disposta ao longo do relatório final do colegiado, que apurou, entre 2017 e 2018, denúncias de violências cometidas contra crianças e adolescentes.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Depois de examinada pela CDH, a matéria segue para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

## II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a CDH opinar sobre matérias relacionadas à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como à proteção da infância, adolescência e juventude, temas encontrados no PLS nº 502, de 2018.

No mérito, ao indicar as sanções, a proposição busca enfatizar a coercitividade do ordenamento legal que já estabelece a obrigação de qualquer pessoa dar conhecimento aos órgãos competentes de situações de violência cometidas por ação ou omissão contra crianças e adolescentes.

A medida se coaduna com o ordenamento constitucional que diz, em seu art. 227, ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

## III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

, Relator



SF/19054.32588-08



**Relatório de Registro de Presença**  
**CDH, 07/05/2019 às 09h - 29ª, Extraordinária**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. VAGO
LEILA BARROS PRESENTE	3. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PR, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Não Membros Presentes**

EDUARDO GOMES  
JORGE KAJURU  
IRAJÁ  
ANGELO CORONEL  
WELLINGTON FAGUNDES  
CHICO RODRIGUES  
ELIZIANE GAMA



---

## Relatório de Registro de Presença

### **Não Membros Presentes**

IZALCI LUCAS

MAJOR OLIMPIO

MARCOS DO VAL

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 502/2018)**

NA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR NELSINHO TRAD, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

07 de Maio de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação  
Participativa